



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 5 – Ciência aberta

Publicação de livros e capítulos de livros em repositórios digitais: um relato de experiência do ReDi IFG

Publishing books and book chapters in digital repositories: an experience report from ReDi IFG

Suzane Gonçalves Duarte Peixoto - Instituto Federal de Goiás (IFG) –
suzane.duarte@ifg.edu.br

Thalita Franco dos Santos Dutra – Instituto Federal de Goiás (IFG) –
thalita.santos@ifg.edu.br

Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu – Instituto Federal de Goiás (IFG) –
maria.tsu@ifg.edu.br

Wilma Joaquim da Silva – Instituto Federal de Goiás (IFG) – wilma.silva@ifg.edu.br

Resumo: Essa pesquisa tem como objetivo descrever a experiência do Comitê Gestor do ReDi IFG na busca por resposta para o seguinte problema: como lidar com a questão de direitos autorais para disponibilizar livros e capítulos de livros provenientes da produção acadêmica da Instituição no Repositório Digital do IFG. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa analisou as políticas de informação e as páginas dos repositórios. Os resultados indicam que a maioria dos repositórios já disponibiliza esses materiais para consulta. Eles seguem a lei de direitos autorais brasileira, adotando principalmente o termo de autorização preenchido pelo autor como método expresso de consentimento.

Palavras-chave: Repositórios digitais. Livro. Capítulos de livros. Direitos autorais.

Abstract: This research aims to describe the experience of the ReDi IFG Management Committee in seeking a solution to the following problem: how to deal with copyright issues for making books and book chapters from the Institution's academic production available in the IFG Digital Repository. Using a qualitative approach, the research analyzed the information policies and pages of other repositories. The results indicate





that most repositories already make these materials available for consultation. They comply with Brazilian copyright law, primarily adopting the authorization term completed by the author as an express method of consent.

Keywords: Digital Repository. Book. Book chapter. Copyright.

1 INTRODUÇÃO

O movimento de acesso aberto tem como objetivo disponibilizar o conhecimento científico abertamente tornando-o acessível e reutilizável para todos, aumentar a colaboração científica e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade e abrir os processos de criação (Unesco, 2022). Consolidado em 2002 pela Declaração de Budapeste, esse movimento é substancialmente impulsionado pelos repositórios digitais.

O repositório digital se caracteriza como um sistema disponível na web que permite o armazenamento de objetos digitais podendo conter conteúdos de recursos variados, e buscam disseminar livremente a produção intelectual e favorecer a visibilidade da produção científica da instituição.

Segundo Costa e Leite (2010) os repositórios digitais representam uma transformação pela qual a comunicação científica vem passando. Sua ascensão contribui para uma filosofia de acesso aberto que se estabelece globalmente na comunidade acadêmica. Dessa forma, representam uma poderosa ferramenta que, ao garantir a disponibilidade e o acesso irrestrito à informação, impulsiona a produção do conhecimento. No que diz respeito à disseminação, eles potencializam a visibilidade e maximizam o impacto dos resultados de pesquisa por meio de um acesso ampliado.

Diante da necessidade de divulgar e permitir o acesso à informação produzida pela comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) o Repositório Digital do IFG - ReDi IFG - foi criado a partir da aprovação da Política de Informação Técnico-Científica, publicada na Resolução CONSUP/IFG de nº 027, de 02 de outubro de 2017 (IFG, 2019). O ReDi IFG tem como missão coletar, armazenar, preservar, disseminar e dar acesso à produção técnico científica dos docentes, técnico-administrativos e discentes do Instituto Federal.

O ReDi IFG está organizado em nove comunidades e dentre elas a de livros e capítulos de livros. Sendo essa composta por duas coleções: livros da Editora IFG e livros



e capítulos de livros publicados extra IFG. Na coleção livros da Editora IFG os livros foram disponibilizados no ReDi IFG seguindo como orientação os direitos autorais estabelecidos no Regimento Interno da Editora, estabelecido pela Resolução Consup nº 3 (IFG, 2019), especialmente no que dispõe o Art. 43, onde descreve que a Editora IFG exige que autores/organizadores, ao assinarem o contrato, cedam totalmente os direitos autorais de suas obras, renunciando a qualquer remuneração ou compensação financeira futura. E a Editora informa que suas obras estão licenciadas sob uma licença *Creative Commons Attribution-NoDerivatives 4.0 International License*.

Para a coleção de livros e capítulos de livros publicados extra IFG a Política do ReDi no Art. 11, prevê que esses materiais serão disponibilizados no Repositório desde que a editora da obra possua conselho editorial e que o autor providencie uma autorização junto à editora. Além disso, estabelece que a submissão desse tipo de material será feita pelo próprio autor e o mesmo deve preencher o termo de autorização para disponibilização no ReDi IFG (IFG, 2017).

Em oito anos de funcionamento não existem documentos disponibilizados na coleção de livros extra IFG, devido às diversas dificuldades enfrentadas que limitaram a disponibilização desses trabalhos, principalmente às relacionadas aos direitos autorais. Em pesquisa realizada por Costa e Leite (2017) sobre o conteúdo presente nos repositórios institucionais da América Latina, livros e capítulos de livro ocuparam o último lugar no ranking com apenas 2% do total dos documentos disponibilizados.

Ao mesmo tempo em que o movimento de acesso aberto tem como objetivo a disseminação ampla e irrestrita da comunicação científica por meio da Internet, a legislação brasileira de direitos autorais garante ao autor direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou, sendo exigida a permissão explícita dele para utilização para qualquer fim (Brasil, 1998). Isso gera um ambiente contraditório nas instituições, pois os autores desenvolvem suas pesquisas dentro de instituições públicas, que incentivam o acesso aberto, mas no momento de realizar o depósito nos repositórios podem não permitir a divulgação. É nesse momento que a política de acesso aberto colide com os modelos legais e comerciais existentes.

As licenças *Creative Commons* (CC) surgem como uma alternativa e também como uma proposta de equilíbrio entre proteção e acesso. Trata-se de licenças públicas, ou seja, autorizações para fazer certos usos de uma obra. Dessa forma, “criadores e



titulares de direito [podem] disponibilizar suas obras ao público para determinados tipos de uso, preservando alguns de seus direitos autorais” (Valente; Houang, 2021, p. 10). Além disso, segundo os mesmos autores, elas têm sido adotadas como políticas institucionais por diversas organizações, tais como universidades, órgãos públicos, museus, arquivos e bibliotecas.

Machado e Ortellado (2006), destacam que no que concerne ao licenciamento de obras intelectuais o fato de uma obra está licenciada em CC não significa que esteja fora do alcance do regime de propriedade intelectual, haja visto que a referida licença se baseia neste para permitir usos mais flexíveis.

De acordo com Costa e Leite (2017), a política de direito autoral em repositórios institucionais não é apenas um mecanismo de gestão interna; ela é crucial para estabelecer condições claras para o acesso e uso dos documentos depositados. Diante disso, é fundamental que as instituições incorporem em suas políticas a informação sobre a adoção de licenças de uso (como as *Creative Commons*, por exemplo) e/ou sobre a exigência de preenchimento de termo de autorização para a disponibilização desses materiais. Isso garante a proteção dos direitos autorais e define claramente as permissões para reuso e acesso.

À medida que o Comitê Gestor começou a receber submissões de capítulos de livros com vários autores, livro com organizador, *e-books*, surgiram dúvidas de como proceder para aprovar a publicação desses materiais. Questões como a necessidade ou não de preenchimento de termos de autorização para os casos de livros com licenças descritas em seu escopo, se o simples preenchimento do termo por parte do autor exime a responsabilidade do repositório quanto a lei de direitos autorais. Diante de tais questionamentos, surgiu o interesse em saber como os repositórios de Institutos Federais têm lidado com a disponibilização desse tipo de material.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência do Comitê Gestor do ReDi IFG na busca por resposta para o seguinte problema: como lidar com a questão de direitos autorais para a publicação de livros e capítulos de livros provenientes da produção acadêmica da Instituição no Repositório Digital do IFG, a partir de uma abordagem qualitativa.



É importante ressaltar que, embora a Política do ReDi IFG mencione a disponibilização de livros e capítulos de livro no Repositório, não oferece diretrizes claras sobre o processo de aprovação desses materiais. Embora existam algumas definições, como a obrigatoriedade de o autor preencher o termo de autorização, o Comitê Gestor não se sente seguro em tomar uma decisão sobre a disponibilização ou não dos materiais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como exploratória uma vez que visa identificar como outras instituições semelhantes têm tratado essa questão em seus repositórios institucionais e, a partir disso, nortear a tomada de decisões do ReDi IFG sobre a publicação de livros e capítulos de livros. De acordo com Gil (2008, p. 27) “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como documental, pois buscou-se nas políticas de informação dos repositórios institucionais disponibilizados nas páginas dos repositórios dos Institutos Federais Brasileiros (IFs), informações sobre como eles estão considerando a publicação de livros, e-books e capítulos de livros nos repositórios.

Os IFs são instituições semelhantes ao IFG, por isso os repositórios dessas instituições foram selecionados como população. De acordo com o levantamento realizado por Cavalcanti (2025) do total de 38 IFs, 28 deles possuem repositórios institucionais. Mas ao realizar a pesquisa nas páginas desses repositórios 3 (três) deles estavam fora do ar: Repositório Institucional do Instituto Federal Baiano, do Instituto Federal do Pará (IFPA) e o repositório do Instituto Federal de Roraima (IFRR). Ao final, foram utilizados 25 repositórios como escopo dessa pesquisa.

Para nortear as buscas e padronizar a coleta dos dados nos sites dos repositórios, teve-se como base cinco questões, sendo algumas delas abertas e outras fechadas. Por meio dessas questões foi possível verificar nas políticas e também nas informações constantes nas páginas dos repositórios como eles tratam as questões dos direitos autorais no que se refere a publicação de livros, e capítulos de livros. Além disso, verificou-se também a disponibilidade desses tipos de materiais para consulta nos repositórios dos IFs. A coleta de dados foi realizada entre os dias 19 e 30 de junho de 2025.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentados os dados obtidos a partir da pesquisa estruturada em cinco questões.

A primeira pergunta realizada foi “O repositório possui uma política formal e acessível para consulta?”. Foi uma questão fechada, com opções de respostas ‘sim’ ou ‘não’. Os resultados obtidos demonstram que 15 repositórios pesquisados disponibilizam a política na sua página para consulta e 10 (dez) não. É importante ressaltar que a política era a principal fonte para coleta de dados, por se tratar de um documento que descreve formalmente as diretrizes estabelecidas para operabilidade dos repositórios, impactando na obtenção dos dados das perguntas seguintes.

A segunda pergunta também foi fechada com opção de respostas ‘sim’ e ‘não’: “A política prevê a publicação de livros, e-books ou capítulos de livros?”. Tendo em vista que não foi possível acessar a política de 10 (dez) repositórios, identificou-se que dentre os 15 em que a política estava disponível para acesso, 14 deles preveem a publicação desse tipo de material e apenas em 1 (um) que não. O repositório do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é o único, dos pesquisados, que não prevê a publicação desse tipo de material em seu repositório.

A pergunta três objetivou identificar se: “Essa política indica a adoção de uso de alguma licença, copyright e/ou a necessidade de preenchimento de termo de autorização para publicação de materiais no repositório? Essa pergunta tinha como objetivo identificar pontos que demonstram como os repositórios lidam com as questões de direitos autorais. Foi estruturada como semi aberta combinando opções de respostas pré-definidas com opções de uma resposta própria detalhada. Por isso utilizou as seguintes respostas pré-definidas: ‘termo de autorização’, ‘*Creative Commons*’, ‘termo de autorização e licença *Creative Commons*’, e ‘não menciona nada’. Para anotar as especificidades encontradas foi deixado um espaço para observações.

Essa pergunta foi construída considerando o art. 29 da Lei nº 9.610/98 que orienta que para realizar a inclusão em bases de dados ou a utilização para quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas é necessário a autorização prévia e expressa do autor (Brasil, 1998). Isso se dá a partir do preenchimento de um termo pelo autor autorizando a publicação no repositório. Outro



ponto considerado foi a adoção das licenças *Creative Commons* (CC), pois elas representam uma outra forma de obter essa autorização expressa do autor.

Em 10 (dez) repositórios a política não estava disponível para consulta, por isso os dados apresentados no quadro um referem-se aos 15 repositórios em que as políticas estavam disponíveis.

Quadro 1 - Tipos de autorização para disponibilização no repositório

Essa política indica a adoção de uso de alguma licença, copyright, ou a necessidade de preenchimento de termo de autorização para disponibilização de materiais no repositório?	Quantidade
Termo de Autorização	9
Termo de autorização e Licença Creative Commons	4
Não menciona nada	1
Licença Creative Commons	1

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2025

Descrição: um quadro com duas colunas e quatro linhas, com dados obtidos como resposta da pergunta três.

E apenas em 1 (uma) política, a do repositório do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), menciona somente a adoção da licença do *Creative Commons* aos documentos depositados, de forma a possibilitar o seu download e compartilhamento. A opção ‘não mencionada nada’ se refere ao repositório que não prevê o depósito de livros e capítulos de livros em seu repositório.

É importante destacar que as políticas dos repositórios digitais de vários Institutos Federais (IFAC, IFES, IFPI, IFRN, IF Goiano, IFS e IFFar) incluem uma orientação clara: livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que possuam restrições contratuais de direitos autorais não precisam ser depositados no repositório.

A pergunta quatro e cinco tiveram como fonte principal de informação para coleta de dados às páginas dos repositórios institucionais. A quarta questão foi: “Na página do repositório há alguma informação adicional sobre a adoção de uso de alguma licença, copyright, ou a necessidade de preenchimento de termo de autorização para publicação de materiais no repositório?” Essa pergunta foi pensada a partir da realidade do ReDi IFG, pois é importante destacar que o repositório do IFG adota a licença CC BY para todos os tipos de documentos disponibilizados. Entretanto, a adoção dessa licença não está expressa na política de informação do ReDi IFG e nem em outro documento



institucional. Ela só aparece no texto do termo de autorização e no momento da submissão da produção técnico-científica.

A pergunta quatro foi uma pergunta fechada e apresentou como opções de respostas ‘sim (especificar)’ e ‘não’ e um campo aberto para observações relacionadas à opção ‘sim (especificar)’. Dos 25 repositórios pesquisados, em 15 deles não foi encontrada nenhuma informação adicional sobre como eles lidam com a questão dos direitos autorais do conteúdo disponibilizado nos repositórios. Em 10 (dez) dos repositórios pesquisados foi possível encontrar essas informações e em sua maioria a fonte foi o termo de autorização disponível em suas páginas. Esses termos mencionam sobre a adoção da licença *Creative Commons* nas suas versões 4.0, 3.0 e em um deles, especificamente, é facultado ao autor especificar o tipo de licença concedida.

Existem seis tipos de licença CC que vão desde a mais permissiva até a mais restritiva. São elas: CC BY; CC BY-SA; CC BY-NC; CC BY-NC-SA; CC BY-ND; CC BY-NC-ND e existe também a CCO na qual o criador abre mão dos seus direitos autorais para a obra ser de domínio público. Elas também são disponibilizadas em diferentes versões, sendo a mais atual a versão 4.0, lançada em 2013, a qual é recomendada para novos licenciamentos, pois apresenta melhorias em relação às anteriores e possui abrangência internacional. Diferentemente das versões 2.0 e 3.0, que eram adaptadas conforme a legislação de cada país, a versão 4.0 foi concebida como uma licença unificada e válida globalmente, mantendo flexibilidade suficiente para se adequar às particularidades jurídicas locais (CREATIVE COMMONS BRASIL, 2021).

Outra fonte de informação identificada nessa questão 4 (quatro) foi o próprio site do repositório. Em 03 (três) deles tinham expresso no rodapé da página informação sobre copyright (02) e licença *Creative Commons* (01). Em 01 (um) dos repositórios pesquisados foi encontrado informação no tutorial sobre o uso da licença Creative Commons e com distribuição não exclusiva.

O objetivo da pergunta cinco foi verificar: “O repositório tem livros e capítulos de livros depositados e acessíveis para consulta?” A questão foi fechada nas respostas ‘sim’ e ‘não’ e como desdobramento buscou-se identificar cada tipo de material encontrado: livro, e-book e capítulo de livro.

Como é possível ver no quadro abaixo, 19 repositórios do total de 25 repositórios pesquisados disponibilizam pelo menos um tipo desses materiais.

Quadro 2 - Tipos de materiais

O repositório tem livros e capítulos de livros depositados e acessíveis para consulta?	Sim	Não
Uma das opções abaixo?	19	6
Tem livros?	14	11
Tem capítulos de livros?	11	14
Tem e-books?	9	16

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2025

Descrição: um quadro com duas colunas e quatro linhas, com dados obtidos como resposta da pergunta quatro.

O objetivo com essa questão foi identificar na prática se os repositórios, mesmo prevendo a disponibilização desse tipo de material em sua política, se de fato o fazem na prática já que na realidade do ReDi IFG apesar de prevê na política a inclusão desse tipo de livros e capítulos de livros não existe nenhum documento depositado nessas coleções extra-IFG.

Os dados mostraram que o resultado foi maior do que o encontrado na pergunta dois: 14 repositórios preveem esse tipo de material em sua política e 19 disponibilizam, ou seja, 5 (cinco) repositórios que mesmo não disponibilizando sua política em sua página tem esse tipo de material depositado e acessível para a consulta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram que a grande maioria dos repositórios prevê a disponibilização desses materiais em suas políticas informacionais. Além disso, muitos já depositam livros e capítulos de livros, e alguns até criaram coleções específicas para e-books. Mas é importante destacar que apenas o repositório do Instituto Federal da Bahia (IFBA) menciona os e-books em sua política.

Em relação aos direitos autorais, a maioria utiliza um termo de autorização para se resguardar e em alguns deles informa a adoção da licença *Creative Commons* como uma outra forma de obter a autorização do autor. No entanto, essa adoção é muitas vezes superficial, sem detalhar os procedimentos para validar as publicações depositadas. Na maioria dos institutos não há uma especificação sobre qual o



procedimento utilizado para cada tipo de material, sobre qual versão é adotada, se o autor tem a liberdade para definir ou se o repositório já deixa isso pré estabelecido.

Essa falta de especificidade levanta questões importantes sobre a segurança jurídica tanto para os autores quanto para as instituições. Porque a forma como um livro completo é tratado pode ser diferente de um capítulo isolado, mas infelizmente a busca por informações tanto na política, quanto nas páginas dos repositórios não trouxe respostas claras sobre como os repositórios lidam com esse tipo de material. Mas ao mesmo tempo ficou evidente que isso não tem sido empecilho para publicação desse tipo de material em suas páginas.

A pesquisa, contudo, apontou para alguns direcionamentos importantes. Uma questão identificada é que, em alguns repositórios, materiais com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais são desobrigados de publicação nos repositórios de suas instituições.

Outro ponto que ficou claro após a pesquisa é a necessidade de aprimorar a política de informação do ReDi IFG, principalmente no que tange aos direitos autorais. É preciso ir além da mera menção de termos e licenças, descrevendo detalhadamente os procedimentos para cada tipo de material, especificando as nuances das licenças *Creative Commons* aplicáveis a livros e capítulos, e garantindo que os termos de autorização cubram todas as eventualidades. Somente com essa clareza e detalhamento será possível assegurar a plena conformidade legal e a sustentabilidade da disseminação do conhecimento em ambientes digitais.

Há o entendimento de que essa pesquisa não é conclusiva, dada a necessidade de se conhecer mais profundamente como os repositórios têm lidado, em questões de procedimentos, com a publicação de livros e capítulos de livros. Talvez uma pesquisa com os gestores dos repositórios seja necessária para complementar os resultados dessa pesquisa e contribuir com informações mais detalhadas e específicas. Ainda assim, os resultados obtidos foram válidos e forneceram um norte importante para a tomada de decisões pelo Comitê Gestor do ReDi IFG.



REFERÊNCIAS

AMARO, B. Bibliotecas, repositórios institucionais e direitos autorais. **Cadernos BAD**, Lisboa, Portugal, n. 2, p. 265–274, 2016. DOI: 10.48798/cadernosbad.1604. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1604>. Acesso em: 06 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO CREATIVE COMMONS BRASIL (Creative Commons Brasil). **O que você precisa saber sobre licenças CC**: Cartilha. São Paulo: Creative Commons Brasil, fev. 2021. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/wp-content/uploads/sites/30/2021/02/CartilhaCCBrasil.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 09 jun. 2025.

CAVALCANTI, Vanessa Oliveira de Macêdo. **Elementos estruturantes para a infraestrutura organizacional dos repositórios institucionais dos Institutos Federais brasileiros**. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/265632?show=full> Acesso em: 15 jun.2025.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. p. 143-144.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: Políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 163-202. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5470>. Acesso em: 10 de jun 2025.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. 178 p. Disponível em: http://eprints.rclis.org/31109/1/Repositorio%20America%20Latina_Digital.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

CREATIVE COMMONS. **About licenses**. 2025. Disponível em: <https://creativecommons.org/share-your-work/cclicenses/> Acesso em: 11 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 2319, de 6 de novembro de 2017.** Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias%202314%20a%202397%20NOVEMBRO%202017.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Resolução Consup/IFG nº 3, de 25 de março de 2019.** Disponível em <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/131/Resolu%C3%A7%C3%A3o%203%20019.pdf> Acesso em: 11 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Termo de autorização para disponibilização no Repositório Digital do IFG – ReDi IFG.** Goiânia: IFG, 2017. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/bibliotecas?showall=&start=8>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MACHADO, Jorge Alberto; ORTELLADO, Pablo. Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. **Revista Adusp**, v. 37, n. 2, p. 1-10, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TSU, Maria Aparecida Andrade de Oliveira. **Os repositórios digitais da produção técnico-científica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil:** uma análise da comunicação científica no ambiente virtual. 2018. Dissertação (Mestrado em Assessoria de Administração) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2018. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/13009?mode=simple>. Acesso em: 10 jun. 2025.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre ciência aberta.** 2022. DOI <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 9 jun. 2025.

VALENTE, Mariana G.; HOUANG, André. **O que você precisa saber sobre Licenças CC.** [S. l.]: Creative Commons Brasil, 2021. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/wp-content/uploads/sites/30/2021/02/CartilhaCCBrasil.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.